



Análise de Conjuntura

Nortear corretamente nossas ações perante a conjuntura que se impõe passa pela necessidade imperiosa de analisá-la precisamente e entender que atores demandam os ataques que se apresentam contra os direitos da população. É primordial para a definição da posição que os setores combativos deverão adotar acompanhar como os acontecimentos locais estão conectados à dinâmica político-econômica global.

A instabilidade política e social dos tempos recentes são a consequência imediata do rompante do poder econômico em busca do reestabelecimento dos seus patamares de ganhos após o estopim da última grande crise. Sendo esta crise global, as investidas do capital também se veem nesta escala e ainda mais acentuadamente entre os países periféricos, como se constata em todos os períodos de crise econômica.

No Brasil, some-se à demanda do capital pela reestabilização dos seus níveis de lucros a baixa participação, o parco conhecimento das instituições e o módico acompanhamento por parte da população da dinâmica da máquina democrática. O produto da operação é, invariavelmente, o cenário perfeito para o recrudescimento da política ultraneoliberal, que tanto cumpre o intento da recuperação dos elevados ganhos financeiros, quanto, valendo-se da alienação do povo, investe na usurpação de direitos para maximizar seu acúmulo, sendo-lhe o quadro favorável.

Este desconhecimento do processo histórico de conquistas de direitos engendra uma massa de cidadãos de consumo, convencidos de que suas conquistas são, na verdade, benesses

concedidas por governos pontuais, que hoje se apresentam obsoletos, densos e atravancadores do crescimento econômico. Ora, uma massa de trabalhadores que jamais conheceu a fundo sua história somente lutará proficuamente por garantias mínimas essenciais à vida digna movida pelo empirismo que longos períodos de espoliação lhe conferem. Ao tornar-se hercúlea sua jornada pela garantia de condições mínimas de sobrevivência a classe trabalhadora pleiteia direitos que sempre foram os mais básicos a serem providos pelo Estado. O movimento se dá, em sua essência, empiricamente, o que significa dizer que, após um ciclo de mínimos avanços, os porquês da previsão e necessidade de garantias daqueles direitos se perdem pelas novas gerações.

Entender que esta é a concepção da maioria da população é ponto fundamental para tracejar nosso diálogo e mapear os espaços em que nossa atuação se faz necessária e de que maneira deve se dar em cada situação, considerando a diversidade de nossos interlocutores.

O Estado, outrora concebido como tutor do bem-estar social, pode, no contexto atual com amplo apoio da população mais prejudicada pelo giro, tornar a assumir a posição de facilitador do acúmulo de capital pela seleta elite do Mercado. A implantação de uma Secretaria de Desestatização e Desinvestimento, vinculada ao Ministério da Economia, é apenas uma das medidas que atesta não haver margem para, voluntariamente, o governo abdicar do desmonte do Estado. O funcionalismo e os serviços públicos são alvos declarados destas ações e nos implica a necessidade de reaglutinação para rápida resposta contra os ataques, somando forças a segmentos da sociedade com os quais, até então, caminhávamos paralela e dissociadamente.



Relações Internacionais



Diversos veículos de comunicação representantes dos mais variados vieses ideológicos abordaram a participação do presidente Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial, realizado na semana passada, em Davos, na Suíça.

As coberturas destacaram, em sua maioria, a nova configuração que a comitiva brasileira delineia para as relações internacionais do país. O breve pronunciamento do presidente e as reuniões bilaterais com líderes da direita conservadora de países pouco expressivos em parcerias políticas e comerciais demarcaram a postura do novo governo em enfraquecer os laços com os parceiros regionais cultivados nos governos petistas.

Fato recente também a ser abordado sobre as relações externas brasileiras diz respeito ao pronunciamento oficial do governo acerca da crise política na Venezuela, em apoio e reconhecimento ao golpe deflagrado por Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela e recém-autodeclarado presidente do país.

A declaração oficial de Bolsonaro acompanha a posição dos Estados Unidos, Argentina e mais 13 países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), no afluxo do crescimento de governos ultraneoliberais na América Latina. Importante destacar a simultaneidade destas transições de governos e políticas na região para enfatizar que os acontecimentos em nosso país não se dão de maneira isolada. Antes, estão engrenados à geopolítica internacional num processo sincronizado pelo poder econômico de ataques aos direitos.

Estes dois acontecimentos dão uma breve dimensão da arduidade da luta a ser travada pela garantia de nossos direitos. O momento atual de crescimento de ataques deve ser retrucado com uma estratégia de defesa responsável, compassada e realista.



Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Este movimento de investida do mercado contra a concepção de estado de bem-estar social subentende a desestruturação da oferta de serviços públicos que atendam mesmo as demandas mais básicas da população. Destaqueamos que, neste contexto, os órgãos mais ameaçados são justamente os do Poder Executivo, o único a concorrer diretamente com a iniciativa privada, que busca atualmente expansão ilimitada. Cientes destes fatos, tomemos nota das projeções para os serviços e o funcionalismo público no próximo período.

A educação, como área estratégica, tem sido um dos principais alvos dos ataques – proposital, não contraditoriamente – e a Rede Federal de Ensino, modelo de referência, inclusive internacional, tem sido atingida por propostas que visam seu desmanche. As mais recentes medidas são a suspensão dos pagamentos dos adicionais ocupacionais, o PL 11279/2019 e a Portaria do Ministério da Educação (MEC) 166/2019.

A suspensão dos adicionais ocupacionais se deu de maneira totalmente arbitrária, sob o pretexto da Orientação Normativa nº 4, publicada em 14 de fevereiro de 2017, que estabeleceu novas regras para a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas. A Secretaria de Gestão de Pessoas do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) determinou, no final de 2018, que a atualização cadastral seria insuficiente para a garantia do adicional aos trabalhadores que já o tinham concebido em razão da natureza de sua atividade, devendo todos passarem por nova perícia ambiental para manutenção do percebimento do valor. No entanto, O condicionamento à realização de nova perícia para estes trabalhadores implica, a partir de fevereiro deste ano, na suspensão dos pagamentos, visto que não há peritos em número suficiente para a marcação tem-

pestiva das avaliações e elaboração dos novos laudos antes do fechamento das folhas de pagamento das instituições, subtraindo a compensação recebida por estes trabalhadores à expedição de sua saúde em condições insalubres ou perigosas.

Outro ponto de impacto direto na nossa Rede é a tramitação do PL 11279/2019, que traz em seu teor a disposição de redimensionamento de Institutos e Universidades Federais, dentre outras medidas. Sob o argumento do rearranjo regional amparado no zelo pela identificação com a dinâmica socioeconômica local, o projeto surge como uma ferramenta concreta de desestruturação da Rede. A Emenda Constitucional nº 95/2016 impõe a pontuação paulatina dos recursos destinados às diversas áreas essenciais ao desenvolvimento e qualquer alteração no quadro da Rede deve se dar neste contexto de cortes orçamentários. Assim, a criação de novas reitorias – ressalte-se que a proposta do PL não prevê expansão de cursos ou campi, apenas alteração no corpo administrativo-burocrático – demanda a previsão de centenas de cargos de direção e funções gratificadas ocupadas por nomeação direta do Governo Federal, sem processo eleitoral para escolha dos dirigentes máximos destas “novas” instituições.



Fim das eleições diretas para as Reitorias das Universidades: o modelo fascista do governo Bolsonaro se instalando na educação brasileira

Todos os avalistas do governo que se instalou no Brasil apregoam de maneira uníssona: é a implantação do fascismo nas universidades brasileiras. Isso porque a interferência no processo de escolha dos reitores das universidades públicas rompe com um procedimento informal que fora adotado pelo Executivo desde a redemocratização, pondo em risco a autonomia universitária. A ordem agora será influir na composição das listas tríplexes, para facilitar ao novo comandante do país possíveis protestos contra o seu governo que, com certeza, buscará sucatear mais ainda o ensino público brasileiro, em especial, o superior. Essa decisão criou, dentro da comunidade acadêmica, um forte mal-estar.

A lei que estabelece o funcionamento do ensino superior no Brasil é a Lei nº 5540, de 1968, tendo partes do texto sido modificado no decorrer dos anos, por outros governantes. A conhecida lista tríplex está regimentada pela Lei nº 9192, de 1995, que concede ao chefe do Executivo o direito de nomear os escolhidos pelas universidades federais. Professores, alunos e funcionários elegem o que foi escolhido pela maioria, mas não é responsável pela produção da lista. Quem define os nomes que serão enviados a Brasília-DF é o Conselho Universitário, que é formado por representantes da instituição, que são os diretores de centro, ex-reitores, pró-reitores, DCE, entre outros.

No entanto, para fortalecer a democracia dentro da universidade, o respeito à escolha da comunidade acadêmica se torna fundamental, sendo uma forma de abrir um di-

álogo com a academia. Nesse sentido, indicar aquele que encabeça a lista torna-se, de forma clara, uma maneira de solidificar os preceitos democráticos, muito embora não seja autoritarismo, uma vez que existem os três nomes e o chefe do Executivo tem o direito de escolher qual nome será nomeado. Mas, por outro lado, o reitor nomeado perde sua legitimidade diante dos integrantes da universidade. Trata-se de uma interferência sem sentido, indevida, pois, ao optar por outro nome da lista, que não seja aquele escolhido pela comunidade acadêmica, pode ser uma estratégia para a escolha a partir da afinidade ideológica com o governo, em especial, o Ministro da Educação, ameaçando, assim, a tão cara autonomia da universidade. E isso é o que de fato pretende o atual governo.

Na última semana, Ricardo Vélez Rodríguez não levou em conta o que foi decidido pela comunidade acadêmica na escolha do novo diretor-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), indicando Paulo André Martins Bulhões, que ficou em segundo lugar na eleição interna. Esses já são os efeitos da forma autoritária e fascista adotada pelo governo do capitão Bolsonaro.

Nesse sentido, torna-se importante que as entidades sindicais, a classe trabalhadora e as centrais sindicais, juntas, formem um grande bloco unitário para que haja um maior fortalecimento para o enfrentamento desse governo autoritário e antidemocrático, que não se cansa de atacar a classe trabalhadora, em especial, o servidor público.

Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Textos escritos por Priscylla Bezerra (plantonista de base) e Sérgio Rodrigues (coordenador de pessoal docente)

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br



Filiado à

